

FONTES EPISTOLARES E HISTÓRIA DA DOCÊNCIA DURANTE A INVENÇÃO DO TRABALHISMO: OS DESAFIOS DA PRÁTICA DE PESQUISA

Nathalia Cavalcanti da Silva¹
Adriana Maria Paulo da Silva²

Nossas reflexões são compartilhadas no grupo de pesquisa “História da Educação e das práticas de educabilidade no mundo ibero-americano” da UFPE, junto ao qual investigamos, em geral, os desafios da utilização de fontes epistolares na história da educação e do trabalho docente no Brasil. Nesta comunicação problematizamos o levantamento bibliográfico sobre as pesquisas historiográficas brasileiras que fizeram o uso de fontes epistolares como principais documentos de análise. Priorizamos o diálogo com artigos científicos publicados em periódicos, apontamos quais foram os caminhos teórico-metodológicos percorridos pelos (as) pesquisadores (as), assim como os resultados de suas análises. A partir desta problematização e tendo por base a pesquisa sistemática de cartas de particulares existentes no Fundo da Secretaria de Governo, pertencentes ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no Recife/ Pernambuco/ Brasil, discutimos o caso da professora Maria do Carmo Pugliesi, correspondente, no ano de 1938 com o, então, interventor federal de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Indo na contramão de pesquisas historiográficas sobre período do Estado Novo brasileiro (1937-1945) que enxergam os trabalhadores em geral enquanto “objetos” ou “vítimas” das políticas varguistas – as quais analisam as relações entre trabalhadores e Estado por meio de conceitos como populismo ou totalitarismo, repressão (violência física) ou manipulação (pela violência ideológica) – dialogamos com uma historiografia renovada (GOMES, 2005; FERREIRA, 2011) e argumentamos que as cartas enviadas ao governo foram estratégias (DE CERTAU, 1994) construídas pelos docentes, no estabelecimento de um canal de comunicação política, tendo em vista a obtenção consensual de suas demandas e a crítica às práticas políticas do regime, muito embora se tratasse de um período ditatorial. Concluímos que, por intermédio da análise das cartas, podemos ampliar a nossa compreensão sobre as ações (em nada submissas) dos docentes e dos trabalhadores no período e sobre os limites do poder “manipulador” das políticas educacionais pretendidas pelo estadonovismo no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação. História da docência. Fontes epistolares. Estado Novo

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <nathalia.historia@hotmail.com>

² Doutora em História e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <adrianampsilva@gmail.com>